

setembro de 2007, e nº 020/2013 – CPJ, bem como artigo 127, caput, da Constituição Federal, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 000129-110/2017, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial da Capital, situada na Avenida Dr. Freitas, nº 2513, Marco, CEP: 66095-110, Belém/PA. PORTARIA DE INQUÉRITO CIVIL Nº 001/2019 – MP/2ªPJTFPAISRJE Investigado: Pró-Saúde – Associação Beneficente de Assistência Hospitalar (Hospital Galileu), SESPA, Pró-Saúde – Associação Beneficente de Assistência Hospitalar (sede administrativa), Diretoria do Hospital Galileu, F. G. E, K. R.T.M.N., M. C. G. S. M. C., M. T. C. N., R. S. A, H. M. M. S. G., V. M. J. M.

Assunto: Supostas irregularidades cometidas pela Pró-Saúde – Associação Beneficente de Assistência Hospitalar (Hospital Galileu) apuradas na prestação de contas finalísticas, referente ao ano-calendário 2016, ante o recebimento de verba pública no valor de 38.171.200,00 (trinta e oito milhões, cento e setenta e um mil e duzentos reais).

Helena Maria Oliveira Muniz Gomes – Promotora de Justiça

Sávio Rui Brabo de Araújo – Promotor de Justiça

Protocolo: 427648

**EXTRATO DO INQUÉRITO CIVIL
Nº 000082-151/2016-MP/6ºPJDPMA**

O 6º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, em exercício, torna público a instauração do Inquérito Civil nº 000082-151/2016, no Ministério Público na Rua João Diogo n. 100, Bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria Nº 26/2019 – 6ºPJDPMA

Data: 10.04.2019

Objeto: Apurar possíveis irregularidades no âmbito da Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB), com relação à contratação, de forma direta, de empresa de vigilância.

Promotor de Justiça: Evandro de Aguiar Ribeiro

Protocolo: 427799

EXTRATO DA PORTARIA Nº 001/2019 - 2APJCDCCI

Origem: 2ª Promotoria de Justiça Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci

Portaria Nº 001/2019 – 2ª PJCDCCI

Inquérito Civil nº: 001599-131/2018

Data de Instauração: 11/04/2019

Fundamento Legal: Art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985 e art.26, I, b, da Lei nº 8.625, de 12.02.1993.

Objeto: Apurar a questão relativa à prestação e qualidade dos serviços de transporte coletivo no Distrito de Outeiro.

SINARA LOPES LIMA DE BRUYNE, Promotora de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci.

Protocolo: 427681

EXTRATO DE RECOMENDAÇÃO Nº 004/2019-MPE/7ºPJ/ATM

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio do Promotor de Justiça da 7ª Promotoria de Justiça Cível e de Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente, do Patrimônio Cultural, da Habitação e do Urbanismo de Altamira, Dr. Antônio Manoel Cardoso Dias, torna pública a Recomendação nº 004/2019-MPE/7PJ/ATM, expedida nos autos do Procedimento Administrativo nº 000693-808/2015, que se encontra à disposição na Rua Ernesto Passarelli, Nº 2361, Bairro Sudam II, em Altamira/PA.

À SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE ALTAMIRA: Manter, em regime de plantão, fiscais para atendimento às denúncias de maus tratos a animais, e as providências administrativas pertinentes. Prazo: 01/06/2019. Disponibilizar número de telefone e divulgá-lo, para recebimento de denúncias. Prazo 01/07/2019.

À APATA: Promover apoio à SEMAT encaminhando os animais resgatados para tratamento, até que seja implantado o Centro de Zoonoses, objeto de ACP. Informar bimestralmente listagem dos atendimentos, a contar de agosto/2019.

À POLÍCIA MILITAR: Recepcionar chamadas de maus tratos a animais e verificar os relatos, encaminhando-os à Polícia Civil. Informar bimestralmente histórico das chamadas e encaminhamentos, a contar de agosto/2019.

À POLÍCIA CIVIL: Lavrar os procedimentos relativos às denúncias de maus tratos de animais encaminhadas pela Semat e Polícia Militar, e remetê-los ao MP para ulteriores. Informar bimestralmente histórico das autuações e encaminhamentos, a contar de agosto/2019.

Altamira/PA, 09 de abril de 2019.

Protocolo: 427704

EXTRATO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Nº 006491-131/2018-MP/6ºPJDPMA

O 6º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, em exercício, torna público a instauração do Procedimento Administrativo nº 006491-131/2018, no Ministério Público na Rua João Diogo n. 100, Bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria Nº 27/2019 – 6ºPJDPMA

Data: 10.04.2019

Objeto: Fiscalização de rotina acerca da análise de contratos e licitações promovidos e celebrados pelo Estado do Pará, cujo objeto específico se trata da avaliação da conformidade do Contrato de Gestão nº 003/SESPA/2018, celebrado entre a SESPA e a Organização Social de Saúde Pró-saúde-Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar.

Promotor de Justiça: Evandro de Aguiar Ribeiro

Protocolo: 427785

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

(PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

CONFORME ART. 15, §2º DA LEI Nº 8.666/93)

Nº DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 046/2018-MP/PA

MODALIDADE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 024/2018-MP/PA

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e FAGUNDEZ DISTRIBUICAO LTDA (CNPJ/MF nº 07.953.689/0001-18)

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Monitor

Data da Assinatura: 31/07/2018

Vigência: 03/08/2018 a 02/08/2019

Preços Registrados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	Preço Unitário	Preço Total Estimado
4.	Monitor de 21" Widescreen Cota Principal do item 3 - 91,3% da sua quantidade original - participação aberta. Marca: LG. Modelo: 22MP55PQ + ADAPTADOR DP.	1187	Unidade	680,00	807.160,00

Foro: Belém

Ordenador Responsável: Gilberto Valente Martins

Endereço da Contratada: Avenida Maringá, 1354, Bloco D, unidade 07 - Pinhais - PR, CEP: 83.324-442, telefone: (41) 3012-4500, e-mail: allan.link@fagundez.com

Protocolo: 345258

PORTARIA INQUÉRITO CIVIL 01/2019-MP/5ªPJM

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da 5ª Promotora de Justiça de Marituba, Ana Maria Magalhães de Carvalho, titular, no uso de suas atribuições de defesa do urbanismo e do patrimônio cultural, vem no pleno uso de suas funções constitucionais previstas no art. 129, III, da Constituição Federal de 1988, de acordo com o art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/1985, art. 26, I, da Lei nº 8.625/1993, com base no art. 54, I, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará e na Resolução 23/2017 Do Conselho Nacional do Ministério Público resolve instaurar o presente inquérito civil:

INVESTIGADOS: SEMAS – SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE e GUAMÁ TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA. INTERESSADO: 5ª. PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MARITUBA OBJETO DA APURAÇÃO: demora por parte da SEMAS em analisar o pedido feito pela empresa Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. para i) expedição da autorização para implantação da etapa 2B (que possibilitaria a ampliação da capacidade para recebimento de resíduos da Região Metropolitana de Belém-RMB); ii) expedição de autorização para a construção da lagoa adicional nº 15, com capacidade para 30.000m3 de chorume, próxima à lagoa adicional 12 e 14, com 180 m de cumprimento, que teve como consequência a alegada impossibilidade de a empresa realizar a ampliação necessária para prosseguir operando da CPTR-Marituba, fato que gera a expectativa de caos na RMB em face da inexistência de outro local ambientalmente adequado para disposição dos resíduos sólidos dos municípios de Marituba, Ananindeua e Belém. Registre-se e Publique-se. Cumpram-se. Marituba, 24 de janeiro de 2019.

Ana Maria Magalhães de Carvalho

5ª Promotora de Justiça de Marituba, titular

Protocolo: 427911

EXTRATO DO INQUÉRITO CIVIL

Nº 000080-151/2016-MP/6ºPJDPMA

O 6º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, em exercício, torna público a instauração do Inquérito Civil nº 000080-151/2016, no Ministério Público na Rua João Diogo n. 100, Bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria Nº 21/2019 – 6ºPJDPMA

Data: 09.04.2019

Objeto: Apurar possíveis irregularidades no âmbito da Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB), com relação à prática de nepotismo.

Promotor de Justiça: Evandro de Aguiar Ribeiro

Protocolo: 427792